



DIÁRIO

da Assembleia da República

XII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2011-2012)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 7 DE MARÇO DE 2012

Presidente: Ex.^{ma} Sr.^a [Maria da Assunção Andrade Esteves](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco](#)
[Rosa Maria da Silva Bastos de Horta Albernaz](#)

SUMÁRIO

A Sr.^a Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 5 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos projetos de lei n.ºs 186 a 195/XII (1.ª) e dos projetos de resolução n.ºs 242 a 249/XII (1.ª).

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 224.º do Regimento, procedeu-se a um debate com o Sr. Primeiro-

Ministro (Pedro Passos Coelho), que respondeu às perguntas formuladas pelos Srs. Deputados [Francisco Louçã](#) (BE), [Luís Montenegro](#) (PSD), [António José Seguro](#) (PS), [Nuno Magalhães](#) (CDS-PP), [Jerónimo de Sousa](#) (PCP) e [Heloísa Apolónia](#) (Os Verdes).

A Sr.^a Presidente encerrou a sessão eram 16 horas e 48 minutos.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 5 minutos.

Srs. Deputados, antes de iniciarmos a ordem do dia, que consiste no debate quinzenal com o Sr. Primeiro-Ministro, o Sr. Secretário vai proceder à leitura do expediente.

Tem a palavra, Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Duarte Pacheco): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidas pela Sr.^a Presidente, as seguintes iniciativas legislativas: projetos de lei n.^{os} 186/XII (1.^a) — Altera a Lei n.^o 17/2003, de 4 de junho (Iniciativa Legislativa de Cidadãos), eliminando a discriminação existente em relação aos emigrantes portugueses (PSD), que baixou às 1.^a e 2.^a Comissões, 187/XII (1.^a) — Regime de comparticipação de medicamentos destinados a portadores de ictiose (CDS-PP), que baixou à 9.^a Comissão, 188/XII (1.^a) — Proíbe a exibição de espetáculos tauromáquicos na televisão pública e altera a lei da televisão, designando estes espetáculos como suscetíveis de influírem negativamente na formação da personalidade de crianças e adolescentes (BE), que baixou às 1.^a, 8.^a e 12.^a Comissões, 189/XII (1.^a) — Impede o apoio institucional à realização de espetáculos que inflijam sofrimento físico ou psíquico ou provoquem a morte de animais (BE), que baixou às 1.^a, 8.^a e 12.^a Comissões, 190/XII (1.^a) — Aprova o regime jurídico das Organizações da Sociedade Civil para a Igualdade de Género (PS), que baixou às 1.^a e 12.^a Comissões, 191/XII (1.^a) — Cria a taxa sobre transações financeiras em bolsa (PCP), que baixou à 5.^a Comissão, 192/XII (1.^a) — Cria a ordem dos fisioterapeutas (CDS-PP), que baixou às 9.^a e 10.^a Comissões, 193/XII (1.^a) — Altera o Código da Publicidade, no sentido da regulação da publicidade a produtos alimentares dirigida a crianças e jovens (Os Verdes), que baixou às 9.^a e 12.^a Comissões, 194/XII (1.^a) — Reforça as medidas de proteção às vítimas de violência doméstica (BE), que baixou à 1.^a Comissão, e 195/XII (1.^a) — Proceda à 13.^a alteração ao Código da Publicidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.^o 330/90, de 23 de outubro, estabelecendo restrições à publicidade dirigida a menores de determinados produtos alimentares (PS), que baixou às 9.^a e 12.^a Comissões; e projetos de resolução n.^{os} 242/XII (1.^a) — Revogação do encerramento de serviços no hospital de S. Paulo, em Serpa, distrito de Beja (Os Verdes), que baixou à 9.^a Comissão, 243/XII (1.^a) — Valorização do trabalho e dos salários e no combate às discriminações salariais, diretas e indiretas (PCP), que baixou à 10.^a Comissão, 244/XII (1.^a) — Recomenda ao Governo a adoção de um acordo tripartido sobre a igualdade entre homens e mulheres no trabalho e no emprego (PS), que baixou à 10.^a Comissão, 245/XII (1.^a) — Recomenda ao Governo que estabeleça as condições para a criação de um «Contrato de Transparência» no acesso ao Ensino Superior (CDS-PP), que baixou à 8.^a Comissão, 246/XII (1.^a) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas tendentes ao combate da obesidade infanto-juvenil em Portugal (PS), que baixou à 9.^a Comissão, 247/XII (1.^a) — Recomenda ao Governo que pondere a criação de instrumentos que garantam o acesso ao pequeno-almoço aos alunos mais carenciados do ensino obrigatório (PS), que baixou à 8.^a Comissão, 248/XII (1.^a) — Reclama uma maior fiscalização e ação em prol da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no mundo do trabalho (Os Verdes), que baixou à 10.^a Comissão, e 249/XII (1.^a) — Recomenda ao Governo a reabilitação da Casa da Pesca na Quinta do Marquês em Oeiras (BE), que baixou à 7.^a Comissão.

Em termos de expediente, é tudo, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos entrar na ordem do dia.

Há um ruído grande na Sala, pelo que peço aos Srs. Deputados e a todas as pessoas que se encontram presentes que guardem silêncio.

O debate de hoje com o Sr. Primeiro-Ministro realiza-se ao abrigo da alínea *b*) do n.^o 2 do artigo 224.^o do Regimento, o que significa que começa com as perguntas dos grupos parlamentares.

Para formular perguntas, em primeiro lugar, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, quero começar por lhe falar do Ministério da Economia.

Sr. Primeiro-Ministro, será que encontra alguma razão aceitável para que o seu Governo tenha decidido pagar à Lusoponte o total do preço das portagens que a Lusoponte já tinha cobrado no mês de agosto a quem passou pela Ponte 25 de Abril?

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Francisco Louçã, tive conhecimento desse pedido de informação, que foi solicitado, creio, por um Deputado do Bloco de Esquerda ao Governo. Nessa medida, foi solicitado também pelo Sr. Ministro da Economia a informação necessária para poder responder ao Sr. Deputado.

Como o Sr. Deputado sabe, há todos os anos duas razões que motivam a transferência de compensações para a Lusoponte. Por um lado, a que resulta da aplicação de regimes diferentes dos que estão inicialmente previstos para a ponte sobre o Tejo alternativa e que possa, por essa via, implicar a necessidade de ajustamentos no contrato com a Lusoponte. Trata-se de uma matéria que deixou de ter correções anuais há bastante tempo.

Há uma segunda razão, a que fundamenta o pedido de informação o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, que tem a ver com o facto de, durante o mês de agosto, não serem praticadas cobranças nas portagens e, por essa via, o Estado precisar de indemnizar a Lusoponte.

O que posso dizer ao Sr. Deputado é que, se no ano de 2011 alguma compensação foi atribuída à Lusoponte por essa via, ela não deveria ter ocorrido e deverá ser reposta, evidentemente, caso tenha acontecido.

Não tenho, nesta altura, uma informação categórica para dar ao Sr. Deputado, mas tenho esta resposta firme: se alguma compensação foi atribuída por uma razão que é injustificada, essa situação deverá ser corrigida.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, fico espantado com a falta de informação dentro do Governo. O Sr. Primeiro-Ministro pediu informação ao Ministro da Economia, que pediu informação a alguém.

Posso dar-lhe a cópia do despacho do Secretário Sérgio Silva Monteiro, de 21 de novembro, que determina o pagamento de 4 400 000 euros à Lusoponte — a Lusoponte cobrou ao Estado o que já tinha cobrado aos **automobilistas**.

Ainda bem que me diz que vai ser devolvido. Mas passaram quatro meses, Sr. Primeiro-Ministro! Bem podia ser mais poupado com o dinheiro dos contribuintes.

Vozes do BE: — Muito bem!

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Por isso, pergunto-lhe mais.

O Sr. Primeiro-Ministro vê também algum motivo para que seja pago ao capital chinês e do sultanato de Omã, que compraram a REN e a EDP em 2012, 146 milhões de euros a título de dividendos pagos respeitantes ao ano de 2011?

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Francisco Louçã, o que foi transferido para a Lusoponte por despacho e determinação do Sr. Secretário de Estado terá uma justificação de que não disponho neste momento.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Eu dou-lhe cópia, Sr. Primeiro-Ministro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado diz que se deve ao facto de indemnizar a Lusoponte por uma ausência de pagamento que não ocorreu. Ora, Sr. Deputado, não leva a mal que eu considere que é necessário que o Sr. Secretário de Estado dê uma explicação ao Ministro da Economia e ao Primeiro-Ministro sobre essa transferência, porque por essa razão, com certeza, não pode acontecer.

Nesse sentido, Sr. Deputado, não sei qual foi a razão que motivou essa transferência, irei apurá-la, na certeza, porém, de que me custa muito acreditar que tenha sido pela razão paradoxal de compensar a Lusoponte de uma perda que ela não teve.

Portanto, Sr. Deputado, se ocorreu uma tal situação abstrusa, ela será corrigida, com certeza. Pode ter a certeza absoluta! Não leva, no entanto, a mal que eu queira aguardar a explicação do Sr. Secretário de Estado por me surpreender que uma tal situação pudesse ocorrer com esse fundamento.

Em segundo lugar, Sr. Deputado, o contrato de venda da participação que a Parpública detém nas redes energéticas nacionais não está ainda concretizado, razão pela qual, no âmbito desse contrato, não há lugar, seguramente, a qualquer compensação financeira a quem ainda não detém participação na REN.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o senhor tem um problema com os Secretários de Estado e estou aqui para o ajudar,...

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Ah!...

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — ... porque, se não conhece a justificação do seu Secretário de Estado, tenho o máximo gosto em oferecer-lha.

O facto é que a Lusoponte cobrou duas vezes e o Sr. Primeiro-Ministro anunciou aqui — creio que percebemos todos muito bem — que o Secretário de Estado tem um pouco mais do que justificações a dar. Talvez tenha um lugar a ser posto em causa...

Vozes do BE: — Muito bem!

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — O mesmo digo sobre a questão do capital chinês e do capital do sultanato de Omã.

Sr. Primeiro-Ministro, não sei se se preparou para este debate, mas o facto é que a sua Secretária de Estado já veio a este Parlamento dizer que vai pagar em 2012, a quem comprou a REN, 36 milhões de euros pelos dividendos respeitantes a 2011, ano em que não tinham um cêntimo na REN.

Ou seja, o Estado é a «árvore das patacas». O Estado rompe contratos com o 13.^o mês e com o 14.^o mês com uma facilidade e um à-vontade enormes, mas, Sr. Primeiro-Ministro, quando alguém lhe quer cobrar o que já cobrou a outros, os seus Secretários de Estado não têm nada que ver consigo. Bem sei, são os seus Secretários de Estado... Que mãos largas que eles são!... Com que à-vontade eles estão!...

É por isso que a questão do dinheiro é tão importante. Os portugueses olham para o que se passa nas construções escolares, nas construções hospitalares, nas autoestradas e percebem que a «árvore das patacas» funciona em todo o lado. Há uma desregulação absoluta. Por isso, o rigor nas contas é tão importante, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro veio aqui criando um suspense para esta reunião quanto ao que aconteceu hoje no Conselho de Ministros, depois dos episódios tão gratificantes da semana passada. Por isso mesmo, visto que desperdiça tanto, vou perguntar-lhe como vai usar o dinheiro, em particular o dinheiro do QREN.

O Sr. Primeiro-Ministro tomou hoje uma decisão: começar a dismantelar dois super Ministérios, o da Agricultura e o da Economia. Foi o senhor que os quis assim; agora já não quer, lá saberá porquê.

No entanto, o Sr. Ministro que está sentado ao seu lado veio anunciar que havia «cortinas de fumo» lançadas pela oposição a respeito do que se tinha passado no Conselho de Ministros. Sr. Primeiro-Ministro, no Conselho de Ministros não estavam os tais Secretários de Estado, mas os Ministros, e não foi o gato que deu uma informação pública do que se tinha passado no Conselho de Ministros. Alguma coisa bate errado no Governo, pois não se entendem.

Tenho, contudo, uma notícia para lhe dar: para o País, a divisão governamental entre «alvaristas» e «vitoristas» não tem qualquer importância. Não queremos saber! O que queremos saber é como é que são os usados os fundos, não para a engenharia financeira mas para a criação de emprego, para a resposta ao problema que o seu Governo tem acentuado.

O Sr. Primeiro-Ministro é o primeiro-ministro que criou 120 000 despedimentos, 120 000 novos desempregados desde que tomou posse, e se a sua resposta é estágios em vez de empregos, tenho a dizer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que os estágios não são empregos. Mas, infelizmente, os empregos podem transfor-se em estágios e, portanto, destruir a coerência e a resposta de que as pessoas precisam, usando bem o dinheiro em vez de o desperdiçar, como ficou tão evidente no debate que fizemos até agora.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Francisco Louçã, normalmente, quando alguma pergunta não obtém a resposta imediata que poderia merecer, o Primeiro-Ministro confessa, com muita facilidade, não ser dono de toda a informação. Mas, Sr. Deputado, não ser dono de toda a informação não significa que, nas perguntas que os Srs. Deputados fazem, as sugestões dos Srs. Deputados sobre situações que foram conhecidas por via da comunicação social ou por outras vias estejam adequadamente informadas.

Dou-lhe justamente este exemplo: o Sr. Secretário de Estado dos Transportes e das Obras Públicas comunicou, enquanto eu aqui estava, que a razão por que a Lusoponte precisou de ser indemnizada desse valor foi porque a Lusoponte não ficou com o resultado das portagens que foram cobradas durante esse mês, as quais foram retidas pela Estradas de Portugal.

Veja-se, Sr. Deputado, como uma situação, que é perfeitamente explicável, não é, afinal, a que implicitamente o Sr. Deputado sugeria.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Significa isto, portanto, Sr. Deputado, que, ao contrário do que sugere, há rigor nas contas e não o deve espantar que o Primeiro-Ministro não se precipite, admitindo situações que parecem paradoxais quando elas partem de gente que sabe o que está a fazer.

O Sr. **Pedro Lynce** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Podia haver um erro e, Sr. Deputado, se houvesse um erro, corrigir-se-ia. Mas, pelos vistos, não há nenhum erro.

A Sr.^a **Presidente**: — Terminou o tempo, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, se me permitir, quero dizer telegraficamente ao Sr. Deputado — porque sobre o resto presumo que outros Srs. Deputados possam fazer perguntas a que terei oportunidade de responder — que o Governo não iniciou o dismantelamento de qualquer ministério e também não

corroborar qualquer visão de que o Conselho de Ministros tenha evidenciado uma luta entre (como é que o Sr. Deputado disse?!), seguidores de ministros. Isso não existe no Governo, Sr. Deputado. Não há desmantelamento de ministérios nem há nenhuma guerra de capelinhas dentro do Governo, e terei oportunidade de o demonstrar durante este debate.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã, que ainda dispõe de 20 segundos.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, fico satisfeítíssimo por saber que está em contacto *on line* com os membros do seu Governo, mas o seu Secretário de Estado não lhe disse a verdade. No texto que ele assinou, e que tenho aqui, o que se diz é que a Estradas de Portugal devem devolver à Lusoponte a indemnização regular do contrato, exceto a portagem cobrada e arrecadada pela Lusoponte na Ponte 25 de Abril durante o mês de Agosto de 2011. Quem é que cobrou? A Lusoponte! Aqui está, Sr. Primeiro-Ministro: a Lusoponte cobrou, arrecadou, ficou com o dinheiro.

O Sr. Secretário de Estado enganou-o duas vezes. Esta foi a segunda.

Sr.^a Presidente, permita-me que deixe registada a minha preocupação com a forma como o Governo tem tratado todas estas empresas, com esta facilidade, exceto uma, que é a RTP.

O ataque sistemático para dismantelar a RTP, com uma «cortina de fumo» de mentiras contra uma empresa tutelada pelo Governo, é só para conduzir à sua privatização, e quero aqui defender todos os serviços públicos, porque eles fazem parte da democracia, fazem parte deste País e fazem parte do nosso futuro.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente**: — Para formular a sua pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Montenegro.

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro, Sr.^a Secretária de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A primeira palavra que lhe quero dirigir neste debate, Sr. Primeiro-Ministro, é uma palavra de congratulação, a si e ao Governo, pelo resultado da terceira avaliação intercalar que a troica realizou no que tange ao cumprimento do Memorando de Entendimento.

Vozes do PSD: — Bem lembrado!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, este resultado positivo é importante por duas razões: é importante porque demonstra que somos capazes de cumprir os nossos compromissos, mas é também importante — e às vezes esquecemo-nos disso — porque destas avaliações intercalares resultam as condições para continuarmos a receber as *tranches* subsequentes dos empréstimos que contraímos.

Às vezes, Sr. Primeiro-Ministro, há quem se esqueça das regras do jogo. Há até quem se esqueça das regras do jogo que os próprios negociaram e assinaram. Por exemplo, quando vemos o Partido Socialista ficar insatisfeito pelo facto de o Governo estar a cumprir o acordo que ele mesmo firmou e aceitou temos de tirar duas conclusões, Sr. Primeiro-Ministro: a primeira é a de que o Partido Socialista é «pobre e mal agradecido».

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Isto é, o Partido Socialista trouxe-nos a pré-falência, acordou e assinou o programa de ajustamento financeiro e desdenha de quem quer enfrentar a dureza que significa a implementação desse mesmo plano que eles próprios subscreveram.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — De uma assentada, Sr. Primeiro-Ministro, o Partido Socialista renega a paternidade da criança, abandona-a quase indefesa e — pasme-se! — critica quem a amparou nos braços, quem a agarrou para a salvar e para a reerguer.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Mas há uma segunda conclusão, Sr. Primeiro-Ministro. É que sabendo nós, como disse há pouco, que as *tranches* dos empréstimos só estão disponibilizadas se as avaliações intercalares forem positivas, dizer-se, como diz o Partido Socialista, que a avaliação positiva da troica é uma má notícia para os portugueses é, em si mesmo, Sr. Primeiro-Ministro, um perfeito absurdo.

Então, o que é que seria uma boa notícia para o País?! Sr. Deputado António José Seguro, o que é que seria uma boa notícia?! Era termos uma avaliação negativa e com isso vermos bloqueadas as *tranches* subsequentes dos empréstimos de que estamos tão carenciados?! Isso era, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Deputado António José Seguro, um perfeito absurdo!

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — A conclusão, Sr. Primeiro-Ministro, é, pois, a de que, na oposição, continuamos a ter um Partido Socialista em negação: um Partido Socialista que negou a necessidade de recorrermos à ajuda externa, um Partido Socialista que teima também hoje em negar cumprir aquilo que ele próprio subscreveu e, agora, Sr. Primeiro-Ministro, um Partido Socialista que nega a importância da avaliação positiva que fazem sobre o cumprimento do nosso programa.

Sr. Primeiro-Ministro, com o devido respeito pelos próprios, é caso para dizer que, em Portugal, o Partido Socialista tem uma visão muito «grega» do alcance do compromisso celebrado com o Banco Central Europeu, com a União Europeia e com o Fundo Monetário Internacional.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Primeiro-Ministro, a segunda matéria que quero abordar prende-se com a realização da última Cimeira Europeia. Desde logo para registar, também aqui, o compromisso estabelecido entre os Estados-membros em matéria do chamado pacto orçamental.

É uma expressão, um caminho no sentido da estabilização, da coordenação e da governação económica na Europa, fazendo-o como um pressuposto para um novo ciclo de crescimento económico e de criação de emprego.

Quero também registar, Sr. Primeiro-Ministro, que, nesta ocasião, o Governo português apresentou em Bruxelas os principais aspetos do programa Impulso Jovem. Creio ter sido o primeiro governo a fazê-lo e creio que se visa atingir com esta medida cerca de 165 000 jovens desempregados em Portugal.

Sabemos, Sr. Primeiro-Ministro, que não é uma solução milagrosa para o desemprego jovem, mas será seguramente importante para estimular a criação de emprego,...

O Sr. **Luís Menezes** (PSD). — Exatamente!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — ...para reforçar a qualificação e a formação profissional, em estreita ligação com o tecido empresarial e com as instituições particulares de solidariedade social, e incitará também, julgo eu, à capacidade empreendedora dos nossos jovens.

Sr. Primeiro-Ministro, creio que os jovens portugueses estiveram consigo quando decidiu dedicar-se bem mais a este programa do que a preocupar-se em assinar a tal carta que o líder do partido Socialista tanto queria ver subscrita por si.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A tal carta que foi impulsionada não por um perigoso liberal mas pelo novo guru do socialismo português, o Primeiro-Ministro Cameron.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Ultraliberal!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, falei já do programa de ajustamento financeiro, da Cimeira Europeia, dos fundos europeus e, obviamente, não quero deixar de falar do QREN, do QREN que melhorou, e muito, a sua execução no 2.º semestre de 2011, do QREN que já foi renegociado e reestruturado no que toca à distribuição das participações europeia e nacional, mas também do QREN que tanta polémica por estes dias tem causado.

O Sr. **António Braga** (PS): — Dentro do Governo!

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — No Governo! Não é nada connosco!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, não há dúvida de que a clarificação é importante, mesmo a clarificação do papel do Sr. Ministro das Finanças no processo de decisão estratégica e na execução financeira dos vários programas, como é óbvio. É que foi sempre assim, não é de agora! Sempre, em todos os governos, o Ministro das Finanças teve intervenção neste domínio.

Sabemos, Sr. Primeiro-Ministro, que a gestão cabe, nos termos da orgânica do Governo, ao Ministro da Economia. Mas é curioso, é mesmo muito curioso que, aqueles que hoje estão indignados com a putativa perda de intervenção da economia, sejam os mesmos — pame-se! — que optaram, no seu governo, por atribuir esta competência não ao Ministro da Economia mas ao Ministro do Ambiente.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Foi essa a decisão do primeiro governo do Eng.º Sócrates, a qual não queria deixar aqui de recordar.

Que grande é a indignação dos socialistas, em Portugal, por verem que a gestão do QREN cabe à Economia, sendo tão importante para alavancar a economia, quando ainda há pouco tempo era importante que estivesse, de acordo com a orgânica do Governo, no Ministério do Ambiente.

Vozes do PSD: — Muito bem! Bem lembrado!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, julgo que, nessa altura, todos quantos estavam no governo, todos quantos estavam no Parlamento e até na AICEP eram capazes de bater palmas a essa decisão e ao seu alcance.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — É verdade, Sr. Primeiro-Ministro, que muito mais tarde, já no segundo governo do Eng.º Sócrates, tentou corrigir-se e redirecionar-se esta competência para o Ministério da Economia.

Pergunto ao Sr. Primeiro-Ministro — pois é a questão mais importante para a vida das pessoas e do País — se a comissão interministerial que hoje foi criada vai ou não, de uma vez por todas, reestruturar o QREN de forma a não desaproveitarmos recursos, como fizemos nos últimos anos, e de forma a conduzi-los para apoiar as micro, pequenas e médias empresas, a internacionalização da nossa economia e a criação de emprego.

O resto, Sr. Primeiro-Ministro, é, pura e simplesmente, «partidarite» deste Partido Socialista, Partido Socialista este que anda, de resto, muito desconcertante. Agora descobriu uma nova paixão, a paixão pelo Interior, e, vai daí, eis que o Deputado António José Seguro levanta a voz para dizer: «Encerraram escolas,...

O Sr. **Carlos Zorrinho** (PS): — É verdade!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — ... encerraram centros de saúde,...

O Sr. **Carlos Zorrinho** (PS): — É verdade!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — ...encerraram postos da GNR».

O Sr. **Carlos Zorrinho** (PS): — É verdade!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Não, Sr. Deputado António José Seguro, não diga «encerraram», diga «encerrámos», porque foi o Partido Socialista que encerrou mais de 3000 escolas!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Foi o Partido Socialista que encerrou mais de 50 serviços de atendimento permanente, mais de uma dezena de urgências hospitalares.

Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, para terminar, não queria deixar de me congratular com os resultados obtidos em sede de acordo no âmbito do recrutamento de professores. Foi mais uma demonstração da capacidade de diálogo, de concertação e de estabilidade deste Governo, que contrasta bem com a política anterior, que, como ficámos a saber por estes dias, era de grande descalabro financeiro, como acontecia no âmbito da empresa Parque Escolar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Luís Montenegro, acompanho-o na abordagem que fez sobre a conclusão do terceiro exame regular, que se concluiu há uma semana em Lisboa. Trata-se de uma avaliação regular que coincidiu com praticamente oito meses de execução do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF).

Como é sabido, o Programa tem três componentes: duas, relativas à estabilização do sistema financeiro e à estabilização orçamental portuguesa, e a terceira, relativa a tudo o que é agenda de transformação estrutural.

Neste exame regular, estava, sobretudo, em mira a avaliação de tudo o que era o calendário e a substância da agenda de transformação estrutural, bem como a avaliação, que tinha ficado incompleta em novembro do ano passado, quanto às condições de financiamento à economia portuguesa.

Em qualquer das dimensões, o resultado da avaliação foi franca e extremamente positivo. Quer dizer, quando tomamos por medida o nível de execução da reforma estrutural, que há de garantir um aumento potencial do Produto em Portugal, o Governo mostrou que o nível de execução foi extremamente avançado.

Quanto às dimensões da estabilização, ficou também relativamente claro que Portugal tem uma situação ao nível do sistema bancário que não só não é pior como é melhor do que em muitos outros países europeus, nomeadamente em países que não estão sob assistência financeira — daí que as necessidades de recapitalização da banca portuguesa representem uma percentagem do PIB relativamente baixa, ou seja, um valor muito perto dos 2,5% do PIB —, e, em relação a tudo o que são objetivos quantificados de metas para controlo dos nossos défices, externo e interno, o nível de execução mostrou-se muito rápido e muito consistente.

Portanto, temos boas razões para acreditar, por um lado, que estamos a ajustar a economia portuguesa a um ritmo muito superior àquele que estava estimado, sendo que mantivemos um ritmo extremamente intenso de reforma estrutural — e isso é decisivo para a forma como os mercados olharão para Portugal —, e, por outro, que as medidas que foram apresentadas em Bruxelas para, no âmbito da reprogramação estratégica

que há de vir a ocorrer do QREN, poder financiar um programa, sobretudo, voltado para o combate ao desemprego jovem correspondem, em primeiro lugar, a uma solicitação da própria Comissão Europeia (que decidiu, juntamente com os oito países que apresentam resultados mais problemáticos de desemprego jovem, iniciar um processo que permita reorientar melhor os fundos não utilizados justamente para promover o financiamento às pequenas e médias empresas, que são responsáveis por uma parte substancial do emprego, mas também para os jovens europeus que se encontram mais castigados pela crise económica) e, em segundo lugar, a um trabalho que vinha sendo já preparado, sobretudo ao nível da Secretaria de Estado do Emprego, e que agora foi concertado com outras áreas setoriais, de modo a representar um programa compreensivo que destine melhores oportunidades no acesso ao emprego e à experiência profissional, sobretudo aos jovens que estão em situação de desemprego há mais tempo e àqueles que, mais penosamente e de forma muito assimétrica no País, se veem penalizados pela crise que estamos a atravessar.

Nós acreditamos — já tive ocasião de o dizer em Bruxelas — que, até final de maio deste ano, teremos conseguido desbloquear este processo junto da Comissão Europeia e poderemos, portanto, passar à fase de execução deste Programa, que trará para o 2.º semestre, não tenho dúvida, uma perspectiva para todos os jovens portugueses muito mais positiva do que aquela que temos tido até esta data.

Quanto à questão que colocou do QREN, eu disse há pouco, em resposta ao Sr. Deputado Francisco Louçã, que o Governo não está a alterar nem as competências que tem distribuídas dentro das áreas setoriais do Governo nem está tão-pouco em compita dentro de si próprio para saber quem é que detém mais ou menos competências.

Tudo aquilo a que venho assistindo nos últimos dias deixa-me, pelo menos, muito surpreendido, dado que o Governo não analisou nem está a analisar nenhuma proposta que tenha um propósito dessa natureza. O que o Governo analisou e hoje encerrou foi uma avaliação de como proceder a tudo o que é reprogramação estratégica, nomeadamente do QREN, mas não só, também de todos os fundos estruturais.

A nossa opinião é a de que, depois da reprogramação técnica que foi feita no QREN no ano passado e que nos permitiu utilizar de forma adicional cerca de 600 milhões de euros, temos agora a possibilidade de fazer uma reprogramação mais funda que beneficie de uma avaliação muito rigorosa quanto à forma como vêm sendo executados os diversos programas com financiamento comunitário.

Isso tem dois propósitos: em primeiro lugar, garantir que conseguimos atingir as nossas metas orçamentais de curto e médio prazos — e isso é essencial na medida em que a execução destes fundos tem agregada a si uma comparticipação nacional que é financiada grandemente pelo Orçamento do Estado —, em segundo lugar, se há contratos que não tiveram execução física ou financeira, se há fundos que não estão a ter a devida utilização, dar a possibilidade de que esses contratos possam ser reprogramados em linha com as orientações estratégicas que são mais importantes nestes anos em que estamos sob assistência financeira.

Significa isto, portanto, que é preciso, de alguma forma, analisar programa a programa estas execuções, suspender ou, mesmo, anular os contratos que não têm execução e reprogramar aqueles que podem ser melhor utilizados até ao fim do programa vigente.

Ora, por essa razão, o Governo decidiu que deveria nomear uma comissão interministerial, diria uma «comissão-chapéu», coordenada pelo Sr. Ministro das Finanças que, em cima de todas as estruturas já existentes e, portanto, das coordenações que já existem, seja nos ministérios sectoriais seja, com maior ênfase, no Ministério da Economia, a quem compete uma responsabilidade de coordenação na execução, sobretudo do QREN, que não é compartilhada por outros ministérios, dará as indicações estratégicas sobre a forma como, depois, serão feitas as reprogramações destes programas.

Para esse efeito e para que não haja dúvidas, leio muito rapidamente aquelas que são as competências que estão atribuídas a esta Comissão Interministerial: «definição e coordenação de orientações estratégicas para a utilização das verbas nacionais de fundos comunitários e extracomunitários; definição das prioridades estratégicas financeiras e orçamentais em matéria de aplicação das verbas nacionais dos fundos comunitários e extracomunitários; e articulação das prioridades de aplicação das verbas dos fundos comunitários e extracomunitários com as prioridades de política económica, previstas no Programa de Assistência Económica e Financeira, designadamente em matéria de consolidação orçamental.»

A Sr.^a **Presidente**: — Terminou o tempo de que dispunha, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portanto, Sr. Deputado, não há nada mais simples do que dizer aquilo que decidimos. E o que decidimos, em matéria de QREN e de todos os outros fundos, foi proceder à sua reavaliação, com vista à reprogramação estratégica. É isso que vai ser feito, atento à necessidade de compatibilizar esse objetivo com os objetivos do PAEF. Essa é a razão por que será o Sr. Ministro das Finanças a coordenar esse trabalho interministerial.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para formular a pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado António José Seguro.

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, quero falar-lhe de emprego, quero falar-lhe dos problemas concretos dos portugueses.

Este é talvez o nosso décimo debate quinzenal e em todos estes debates, desde julho até hoje, tenho chamado a sua atenção para que a prioridade na consolidação das contas públicas deva ser o emprego e o crescimento económico.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Muito bem!

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Qual tem sido a sua reação? É dizer que não! É dizer que o seu caminho é o da austeridade, «custe o que custar!».

Quais são os primeiros resultados do seu caminho e da sua política do «custe o que custar»? A mais elevada taxa de desemprego de sempre: 1,2 milhões de portugueses à procura de emprego!

Protestos do PSD.

Diz o Sr. Primeiro-Ministro: «custe o que custar!» Qual é o resultado para a nossa economia? Uma quebra contínua da nossa economia. Diz o Sr. Primeiro-Ministro: «custe o que custar!»

Sabe quantos portugueses ficam sem emprego por dia, Sr. Primeiro-Ministro? 900! Sabe quantos jovens portugueses ficam desempregados por dia? 92! E o que é que o Sr. Primeiro-Ministro responde? «Custe o que custar!»

Sabe quantas empresas vão à falência por dia, Sr. Primeiro-Ministro? 17 empresas! Sabe quantas foram à falência em janeiro e em fevereiro deste ano? 1050 empresas! Sabe qual é a sua resposta, Sr. Primeiro-Ministro? «Custe o que custar!»

Sabe quantos portugueses fazem, por dia, pedidos de rendimento mínimo? 40 portugueses! Sabe quantos pedidos de socorro há por hora, segundo a Caritas, pedidos pelos portugueses? 10 pedidos! E o Sr. Primeiro-Ministro responde a tudo isto com «custe o que custar! Estamos no bom caminho!»

Não, Sr. Primeiro-Ministro! E não lho digo hoje mas desde junho que este é o caminho errado! Eu não conheço nenhum país que faça consolidação das contas públicas num clima de recessão. A sua política está a destruir o emprego em Portugal! A sua política está a destruir as empresas em Portugal.

Vozes do PS: — Muito bem!

Protestos do PSD.

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, com muita clareza, desafio-o a, aqui e hoje, mudar de caminho e a colocar o emprego e o crescimento económico no topo das prioridades da consolidação das contas públicas.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado António José Seguro, muito obrigado por ter antecipado uma parte da minha resposta durante a sua intervenção.

Não concordo com a sua avaliação. O caminho que estamos a seguir, o caminho que estamos a trilhar, é o caminho correto!

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Nota-se! Nota-se!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O caminho que estamos a trilhar é o caminho de reganhar independência fiscal e orçamental para Portugal.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Se, porventura, estamos a viver um tempo em que as políticas de austeridade têm consequências sociais pesadas e severas não se deve ao facto, ao contrário do que o Sr. Deputado sugeriu, de eu ter qualquer preferência por austeridade, deve-se, sim, ao facto de Portugal ter acumulado desequilíbrios demasiado pesados, défices demasiado graves e dívida demasiado pesada que onera o futuro dos portugueses.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Portanto, Sr. Deputado, as políticas de austeridade não são a causa do desemprego hoje em Portugal...

Vozes do PS: — Não?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — As políticas de austeridades são a consequência da irresponsabilidade política durante muitos anos em Portugal!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

E o Sr. Deputado, que há tão pouco tempo lidera o seu partido, não foi com certeza um estranho durante todo este processo de irresponsabilidade em que o País andou mergulhado.

Protestos do PS.

A sua falta de memória para a causalidade entre o que se passou e a situação que hoje estamos a viver deveria preocupar o próprio Partido Socialista, mas essa é uma matéria que, evidentemente, só lhe diz respeito.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Em segundo lugar, diz o Sr. Deputado: «não conheço nenhum país que possa fazer consolidação das contas públicas em recessão». Sr. Deputado, conheço vários, mas quero dizer-lhe que Portugal fez consolidação orçamental em 2011, em clima recessivo. E fizemo-lo, de resto, com mais sucesso do que aquilo que estava previsto, porque nem a recessão foi tão elevada, nem as nossas contas externas tiveram uma correção tão débil como se esperava.

Portanto, Sr. Deputado, espero que isso o possa motivar: em 2011, face a 2010, melhorámos o saldo estrutural português...

Protestos do Deputado do PS João Galamba.

... em cerca de 4,4 pontos percentuais do produto interno bruto. Foram 4,4 pontos percentuais do Produto em ajustamento estrutural, Sr. Deputado, e vamos fazer outro tanto este ano!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António José Seguro.

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, não sou só eu que fico desiludido, são todos os portugueses.

Aplausos do PS.

Vozes do PSD: — Ah!

O Sr. **António José Seguro** (PS): — O País ficou a saber que, à frente do Governo, tem o Primeiro-Ministro com a maior insensibilidade social de sempre, repito, a maior insensibilidade social de sempre.

Aplausos do PS.

Para o Sr. Primeiro-Ministro, um desempregado é um número; para o Sr. Primeiro-Ministro, um desempregado é uma estatística.

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — Tenha vergonha!

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Para nós, um desempregado é uma pessoa que vive um drama pessoal.

É altura de assumir as responsabilidades da sua política. Nós avisámos, Sr. Primeiro-Ministro, não se desculpe! É altura de assumir as suas responsabilidades!

Aplausos do PS.

Ou, então, diga ao País que não estava preparado para governar Portugal nas circunstâncias em que estamos!

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Quem é que deixou o País como está?!

O Sr. **António José Seguro** (PS): — O Sr. Primeiro-Ministro referiu que a responsabilidade não é sua. Quero confrontá-lo com um facto: o Orçamento do Estado para 2012 é da sua responsabilidade — confirma isto não confirma, Sr. Primeiro-Ministro? Qual era a previsão da taxa de desemprego para o ano de 2012?

O Sr. **Mota Andrade** (PS): — Bem lembrado!

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Recordo-lhe, Sr. Primeiro-Ministro: era de 13,4%.

Como o seu Ministro das Finanças veio anunciar, na semana passada, que, afinal, o desemprego, em 2012, vai crescer e vai passar para 14,5%, pergunto-lhe, com muita clareza, o que mudou durante a sua governação, para os senhores virem fazer uma revisão em alta da taxa de desemprego para este ano.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado António José Seguro, ainda bem que ficou desiludido.

O Primeiro-Ministro português não vai vacilar relativamente ao cumprimento das metas que foram acordadas pelo Estado português.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Espero, Sr. Deputado, que, em todos os debates que venhamos a ter daqui para a frente, o senhor se possa manter desiludido e eu firme em atingir os resultados necessários para Portugal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Deputado está a iniciar um caminho de demagogia fácil...

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

Protestos do PS.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... que, sinceramente, não creio que seja aquele que o País espera do Partido Socialista.

Sr. Deputado, as previsões que existiam inicialmente, no Programa de Assistência Económica e Financeira, que foi negociado pelo Partido Socialista, apontavam para uma contração importante do Produto português em 2012 e apontavam também o desemprego, Sr. Deputado. Onde estavam, nessa altura, o seu coração e a sua sensibilidade social?!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Deputado, que era presidente da Comissão de Economia, talvez tivesse uma noção muito precisa do quadro de severidade que o Programa de Assistência Económica e Financeira previa para Portugal, em 2012.

Sr. Deputado, não sou de me assustar com os primeiros resultados nem de vacilar com aquilo que é mais importante para o País, que é ter a certeza de que o Programa a que Portugal se comprometeu será bem-sucedido, porque isso representará, para Portugal, a possibilidade de regressar aos mercados, a uma trajetória de crescimento da economia e de criação de emprego. É isto que vamos conseguir, Sr. Deputado!

Mas há uma coisa que lhe posso garantir: o caminho da sensibilidade social que o Sr. Deputado diz partilhar conduziu Portugal, pela primeira vez, à necessidade de, reconhecidamente, ter de negociar o mais desfavorável compromisso externo desde 1974.

Portanto, Sr. Deputado, se a sua sensibilidade social equivale à bancarrota em Portugal, ainda bem que não padeço do mesmo mal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António José Seguro.

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, duas coisas muito claras, a primeira das quais é a de que o Sr. Primeiro-Ministro não respondeu à minha pergunta. Compreendo porquê! É que o senhor não tem respostas! O senhor não tem respostas nem para a minha pergunta, nem para o problema do desemprego em Portugal!

Mas há uma coisa que toda a Câmara e todo o País notou, Sr. Primeiro-Ministro: o senhor está preocupado comigo!

Risos do PSD e do CDS-PP.

Compreendo-o bem, mas devo dizer-lhe o seguinte: terei todo o gosto aqui, nesta Assembleia, no espaço público que quiser (numa televisão ou numa rádio), em realizar um debate público consigo para confrontarmos...

Aplausos do PS.

... a nossa coerência política, Sr. Primeiro-Ministro, para verificarmos as suas e as minhas propostas no passado e para verificarmos quem é coerente e quem é incoerente. É que não fui eu que, para ganhar eleições, disse que nunca iria cortar o subsídio de férias e o subsídio de Natal aos portugueses! Não fui eu, Sr. Primeiro-Ministro, foi o senhor!

Aplausos do PS.

Não fui eu que disse que nunca me desculpava com o passado, Sr. Primeiro-Ministro, foi o senhor, que outra coisa não faz do que desculpar-se com o passado.

Aplausos do PS.

Mas quero voltar aos problemas concretos dos portugueses, das empresas portuguesas. E, num momento de dificuldade da nossa economia, fruto da sua política recessiva, que está a mandar para a falência imensas empresas em Portugal, quero falar-lhe do QREN. Não lhe quero falar do Ministro das Finanças e muito menos do Ministro da Economia, até porque o senhor anda à procura de um há mais de oito meses.

Aplausos do PS.

Do que lhe quero falar é da paralisia dos fundos comunitários, do que lhe quero falar é da falta de aprovação de candidaturas que ajudem a dinamizar a nossa economia, que ajudem a preservar postos de trabalho, que ajudem a criar emprego. E quero, desde já, anunciar-lhe que o Partido Socialista entregará hoje mesmo um pedido potestativo para um debate de urgência, nesta Câmara, sobre a aplicação dos fundos estruturais no nosso País.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado António José Seguro, já vimos a pergunta do Partido Socialista, a propósito dos fundos estruturais e do QREN, e posso responder-lhe já, Sr. Deputado. A pergunta era esta: «quem é o Ministro responsável pelo QREN?». Sr. Deputado, informo-o já: é o Ministro da Economia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Quanto ao seu pedido para um debate público, Sr. Deputado, estamos num debate público. Não sei se se deu conta disso!?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É verdade! Estamos num debate público e, portanto, Sr. Deputado, os portugueses, se quiserem e puderem, assistem, em direto, a este debate público. E, neste debate público, Sr. Deputado, fica bem marcado que entre a facilidade e a determinação e exigência há uma diferença muito grande.

O Partido Socialista está, hoje, comprometido, como não podia deixar de ser, com o Programa de Assistência Económica e Financeira que, enquanto Governo, negociou, mas, sempre que pode — e, quando não pode, manifesta o seu desagrado pela circunstância —, insinua e, às vezes, diz mesmo: «estamos de acordo com os objetivos, mas não com a maneira de lá chegar».

O Sr. **António José Seguro** (PS): — É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portanto, não é preciso ter muita criatividade para saber que o Partido Socialista nunca estará de acordo com o caminho para lá chegar. Nunca estará de acordo! Não está, sequer, de acordo, às vezes, com alguns dos objetivos que lá estavam enunciados, como, de resto, ficou bem patente, ainda há pouco tempo, na discussão parlamentar a propósito da matéria do reordenamento administrativo em Portugal.

O Sr. **Carlos Zorrinho** (PS): — Não é verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Até em relação àquilo que levou para a negociação com a troica, o Partido Socialista, hoje, é incapaz de um pequenino laivo de coragem e determinação para dizer: «É verdade! Fomos nós que propusemos diminuir o número de autarquias em Portugal e, portanto, vamos associar-nos a esse esforço que o Governo está a fazer». Nós sabemos disso, Sr. Deputado!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Mas, Sr. Deputado, os problemas dos portugueses não se resolvem com manifestações de amor e carinho, os problemas dos portugueses resolvem-se com determinação e exigência. É isto que os portugueses esperam deste Governo!

Portanto, Sr. Deputado, de cada vez que encontrar um desempregado, uma empresa que tenha falido, não lhes fale do passado, não lhes fale da responsabilidade que conduziu a essa situação, diga-lhes que há um Governo que está a tratar disso em Portugal, apesar de o principal partido da oposição preferir não encarar os problemas de frente.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António José Seguro.

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, devo registar que faz uma política do «toca e foge».

Vozes do PSD: — Ah!

O Sr. **António José Seguro** (PS): — O que é que isso significa? Significa que faz determinados ataques, mas, depois, quando é confrontado com a possibilidade de os esclarecer, de os debater, de os aprofundar, foge e refugia-se, não aceitando qualquer debate para além daquele que estamos aqui a ter. Compreendo-o! É porque o Sr. Primeiro-Ministro não tem nada para dizer aos portugueses! Não tem nada para dizer aos portugueses que estão desempregados; não tem nada para dizer às empresas e aos empresários que estão em dificuldades. Nós dizemos isto há meses, Sr. Primeiro-Ministro!

O Sr. Primeiro-Ministro diz que o Partido Socialista insinua que está de acordo com as metas do Memorando, mas, depois, vai encontrando divergências. Sr. Primeiro-Ministro, gostava de lhe dizer com clareza que não insinuamos, afirmamos.

E digo-lhe, aqui, novamente, que, apesar de não ter tido qualquer intervenção pessoal ou política na elaboração do Memorando, honro-o.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Honro! Honro esse Memorando!

Agora, Sr. Primeiro-Ministro, quem é que negociou o Memorando? O Sr. Primeiro-Ministro não negociou o Memorando?! O Sr. Primeiro-Ministro não negociou o Orçamento do Estado para 2011?! O Sr. Primeiro-Ministro, enquanto candidato a Primeiro-Ministro, não foi o candidato que mais informação teve sobre as contas públicas e sobre a situação do nosso País?!

Aplausos do PS.

Não se desculpe, Sr. Primeiro-Ministro! O senhor fez promessas que, agora, não pode cumprir! Está a desculpar-se, em vez de se responsabilizar!

Aquilo que é preciso, neste momento, é ter à frente do Governo...

A Sr.^a **Presidente**: — Terminou o tempo de que dispunha, Sr. Deputado.

O Sr. **António José Seguro** (PS): — ... um líder que se responsabilize, não um líder que se desresponsabilize.

E devo dizer-lhe que não aceito o que disse em relação às freguesias. Não aceito! Estive num roteiro pelo interior e senti, mais uma vez, o que é cortar a ligação do Estado com as freguesias rurais.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **António José Seguro** (PS): — O Partido Socialista sempre se disponibilizou para negociar uma verdadeira reforma do poder local.

Vozes do PSD: — Não é verdade!

O Sr. **António José Seguro** (PS): — O que o Governo fez não foi uma reforma, Sr. Primeiro-Ministro. O que o Governo fez foi uma simples lei de extinção de freguesias, e quer confundir os portugueses.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Sr.^a **Presidente**: — Queira terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **António José Seguro** (PS): — E sabe como, Sr. Primeiro-Ministro? A régua e esquadro, tentando impor aos municípios, às autarquias e às freguesias!

Nós propusemos uma alternativa, Sr. Primeiro-Ministro: que a metodologia fosse diferente!

Protestos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Faça favor de terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Sr.^a Presidente,...

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Deputado, vou dar-lhe mais algum tempo para descontar o ruído das bancadas. Mas o tempo de que dispunha já terminou.

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Sr.^a Presidente, vou concluir.

Gostava de ter sido ouvido nas mesmas condições em que o Sr. Primeiro-Ministro foi ouvido, mas quero dizer-lhe uma última coisa, bem como a toda a bancada que o apoia: Sr. Primeiro-Ministro, vai continuar a ouvir a voz do PS custe o que custar!

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder. Informo-o de que, para o efeito, dispõe ainda de 8 segundos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado António José Seguro, continuarei a ouvir o Partido Socialista com muito gosto, bem como todos os partidos e todos os portugueses.

Diz o Sr. Deputado que o Primeiro-Ministro não tem nada para dizer aos desempregados, não tem nada para dizer aos portugueses. Ó Sr. Deputado, deve andar distraído, pois tenho muitas coisas para dizer, e tenho-as dito.

Risos do PS.

Mas há uma coisa que quero aqui reafirmar: aos portugueses, hoje, quero dizer...

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Que emigrem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... que vamos vencer estas dificuldades, vamos sair desta situação!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

E vamos fazê-lo, Sr. Deputado, porque o Governo será inabalável a cumprir o seu programa!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Pelo CDS-PP, tem a palavra, para formular perguntas, o Sr. Deputado Nuno Magalhães.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, em primeiro lugar, gostaria de lhe dizer, em nome do CDS, que faz muito bem em não vacilar perante a palavra dada pelo Estado português.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Sr. Deputado António José Seguro, aquilo que o Partido Socialista assinou e negociou não foi em nome do Partido Socialista, foi em nome de um País com história, de um Estado com história, que é Portugal! Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, não vacile perante a palavra dada!

Aplausos do CDS-PP.

Para outros, a palavra pode ter dias, pode pertencer a «filas» em que nos sentamos neste Plenário ou pode até ser pessoal ou por interposta pessoa. Para nós, a palavra de um Estado é um conceito absoluto.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Por isso, o Sr. Primeiro-Ministro faz muito bem em não vacilar perante esta matéria, ao contrário de outros que parece já terem esquecido tudo o que fizeram há bem pouco tempo.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Sr. Primeiro-Ministro, gostaria de lhe dizer que me espanta esta surpresa, que certamente só se verifica por distração do Partido Socialista, com as dificuldades que estamos a sentir em 2012.

Foi o Governo que disse que este ano de 2012 seria o mais difícil, um ano em que o País seria confrontado com uma execução orçamental tão difícil e exigente quanto decisiva, um ano em que seria necessário tomar medidas de ajustamento que teriam um impacto direto na vida das pessoas. Não negámos isso. Isso faz parte das previsões, fez parte de várias declarações do Sr. Primeiro-Ministro. E é um ano em que é necessário fazer reformas estruturais que tornem a economia estruturalmente mais competitiva e que não sigam o rumo dos últimos anos.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, nem sequer me surpreende que o maior partido da oposição, o tal que assinou, o tal que negociou, em nome do Estado português, o Memorando de Entendimento, já nem tenha uma palavra — que não se congratule, não felicite, não registe, não sublinhe — sobre o facto de a terceira avaliação a que fomos sujeitos, relativa ao tal Memorando que assinaram e negociaram, ter sido positiva.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Já percebemos, Sr. Primeiro-Ministro, que para este Partido Socialista não vale a pena haver consolidação orçamental. O Partido Socialista não quer redução do endividamento e muito menos reformas estruturais — reformar é que não. Os três pilares que aqui enunciou nada têm que ver com o Partido Socialista.

Já agora, até porque o Sr. Deputado António José Seguro disse que tinha alternativas, a minha primeira pergunta é a seguinte: Sr. Primeiro-Ministro, recebeu V. Ex.^a ou o Governo alguma proposta alternativa de algum partido, nomeadamente do Partido Socialista, em relação à reforma da administração local?

Vozes do CDS-PP: — Zero!

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Boa pergunta!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — E se recebeu, Sr. Primeiro-Ministro, quantas freguesias eram reduzidas, quais e onde?

Sr. Primeiro-Ministro, é bom que o País perceba de uma forma clara que o Partido Socialista faz um conjunto de proclamações mas rasgou o Memorando que assinou. Ou, então, se apresentou alternativas, o País não sabe, não viu, fê-lo de forma clandestina. Faço-lhe esta pergunta com clareza, pois penso que o País gostaria de saber a resposta.

Vou centrar-me nas reformas estruturais que são necessárias para que, de facto, a economia portuguesa possa crescer de forma sustentada, não com a injeção cíclica de erário público que marcou os últimos seis anos.

Vozes do CDS-PP: — Ora bem!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Por duas razões muito simples: por um lado, porque o erário público é de todos e é limitado — ao contrário do que muitos pensavam, não é infinito — e, por outro lado, porque houve casos de má gestão que não podem deixar, no mínimo, de surpreender os portugueses.

Gostaria de falar de um caso em particular, do qual tivemos conhecimento ontem, que tem que ver com a Parque Escolar.

Não está em causa a necessidade de requalificar o nosso parque escolar, está em causa, isso sim, Sr. Primeiro-Ministro (e as palavras são minhas), uma derrapagem colossal que a Parque Escolar e a execução do programa conheceram: uma derrapagem de 447% — mais 1,3 mil milhões de euros do que o que estava previsto. Custo total: cinco vezes superior ao previsto.

Sr. Primeiro-Ministro, pode dizer-se que este caso marca o anterior ciclo que ainda bem que terminou: 100 anos de República, 100 escolas, 100 inaugurações, Sr. Deputado António José Seguro, custe o que custar! O que custou foi endividamento do Estado, uma derrapagem (um custo cinco vezes superior ao previsto) de 1,3

mil milhões de euros, que todos vamos gastar a mais! Mas a festa fez-se, é o que interessa!... As inaugurações foram feitas!...

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, seja intransigente nessa matéria.

Queria ainda dizer-lhe que este ciclo e estas reformas estruturantes, difíceis, com impacto difícil no quotidiano dos portugueses, têm também no Ministério da Educação uma diferença e um bom exemplo, pois o Ministério tem feito reformas em concertação com os parceiros sociais, em diálogo social.

Vejamos: oito meses de Governo, três acordos na área da educação.

Para nós, Sr. Primeiro-Ministro, isso é muito importante ao nível da formação e da qualificação dos portugueses como forma, isso sim, de criar um modelo de desenvolvimento económico que, apostando na formação e na qualificação, permita um crescimento económico sustentado.

Por isso, a segunda pergunta que gostaria de deixar-lhe tem que ver com algo que, apesar de tudo, é uma notícia encorajadora (não devemos utilizar mais qualificativos do que estes), que é o aumento das exportações em cerca de 15% relativamente a 2011.

Sr. Primeiro-Ministro, sabemos que desta avaliação decorrem medidas importantes de fomento à economia, às pequenas e médias empresas, à inovação, às exportações. As tais medidas que, obviamente, só pode negociar com quem nos ajuda, com as instituições internacionais, quem cumpre, quem é intransigente, quem não vacila, quem não quer agora rasgar aquilo que assinou.

Creio que esta é uma matéria importante, pelo que queria que o Sr. Primeiro-Ministro nos explicitasse melhor o que é que podemos fazer e quais as medidas que o Governo pretende tomar para manter um ritmo de crescimento, que poderá não ser tão elevado ao nível das exportações. E refiro-me não só àquilo que o Sr. Primeiro-Ministro já anunciou, que é a diversificação das fontes de financiamento, como àquilo que o CDS sempre entendeu essencial, que é tornar a Caixa Geral de Depósitos um verdadeiro banco de fomento da economia real, das pequenas e médias empresas.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — E é precisamente isso, Sr. Primeiro-Ministro, que para nós é essencial: manter o ritmo de reformas estruturantes, com o País, ainda que sem o maior partido da oposição.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a **Presidente:** — Tem a palavra, para responder, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Nuno Magalhães, fez-me uma pergunta muito direta sobre a participação do Partido Socialista na reforma do ordenamento administrativo, que o Governo trouxe ao Parlamento. E a pergunta direta merece uma resposta direta: não, Sr. Deputado, não recebi, nem o Governo recebeu, nenhuma proposta concreta do Partido Socialista.

Essa matéria foi apresentada no Parlamento, e é natural que aí os partidos da oposição reajam, apresentando as suas propostas, quando a iniciativa é do Governo. Foi o que aconteceu.

Não tratei diretamente dessa questão. O Sr. Ministro Miguel Relvas, aqui presente, por razões evidentes, acompanhou-a mais de perto, e os Srs. Deputados também, mas tanto quanto sei não foi apresentada qualquer proposta concreta pelo Partido Socialista.

Quanto à questão que colocou sobre a Parque Escolar, já hesito em responder-lhe, não vá alguém supor que estou a desculpar-me com o passado. Portanto, limito-me a reconhecer que aquilo que o Sr. Ministro da Educação ontem transmitiu em sede parlamentar é absolutamente correto.

É urgente corrigir a situação de endividamento excessivo e de derrapagem que a Parque Escolar apresenta. Portanto, isso significa que teremos de ter uma estratégia que, sem pôr em causa as requalificações que são necessárias na área educativa, traga novamente algum realismo, alguma parcimónia e

frugalidade à maneira como o Estado aplica os recursos de que dispõe e à forma como poupa as próximas gerações a encargos desnecessários.

O Sr. Deputado referenciou a importância da educação. Acho que é importante, quando essas circunstâncias ocorrem, que mostremos a forma como nos posicionamos relativamente a elas.

O Ministério da Educação conduziu, durante este período, negociações com os sindicatos, portanto, em clima de diálogo. No âmbito das três principais negociações, conseguiu um acordo social, apesar de em todas as vezes em que decorreram as negociações ter havido, sistematicamente, uma entidade que não se reconheceu no acordo. Não preciso de mencioná-la, porque é histórico, todos sabemos qual é, qualquer que seja a negociação.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Não é verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Independentemente dessa situação, a verdade é que por três vezes foi possível ao Ministério da Educação apresentar um acordo com os sindicatos: em matéria de avaliação, em matéria de carreira e em matéria de concurso público.

Nessas três situações foi possível ao Governo chegar a um entendimento com os sindicatos, e não a um entendimento que paralise ou faça de conta que altera a situação subjacente, mas que, de facto, traz uma nova dinâmica e altera profundamente a condição pré-existente.

Julgo que é importante, mais até do que reconhecer o sucesso a que o Governo e os sindicatos chegaram, reconhecer que existe aqui um padrão numa área que é capital, porque tudo o que implica formação de recursos humanos e qualificação do nosso capital social é determinante para o nosso sucesso, no futuro. E temos sido capazes de fazer essa «revolução» tranquila em consonância e concertação com os sindicatos.

Penso que isso, em véspera de eventos como aqueles que a CGTP nos anunciou, mostra como há hoje, em Portugal, alguns setores que querem conduzir, com artificialidade, a um clima de confrontação e de conflitualidade que não existe.

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — É «comer e calar»?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, é importante reconhecer que temos conseguido manter não apenas o diálogo mas também a estabilidade dentro da «revolução» tranquila que vimos fazendo em muitos setores.

Finalmente, Sr. Deputado, responderei à questão das exportações.

Em 2011, em matéria de balança corrente e de capital, tivemos um resultado que é apreciável. E é importante referi-lo aqui para que o País não fique mergulhado numa espécie de negativismo para o qual alguns setores de análise querem empurrar o País.

Tivemos, em 2011, uma melhoria da nossa balança corrente e de capital muito significativa face a 2010. Em 2010, registámos um défice de cerca de 8,9%, e esse défice foi corrigido para 5,2% em 2011.

Se tomarmos em consideração apenas a balança corrente, então a melhoria foi a de passarmos de um défice de 10% para um défice de 6,4%. Ora, isto significa que, em matéria externa, praticamente antecipámos um ano os objetivos que estavam fixados, porque conseguimos atingir, em Dezembro de 2011, um resultado mais favorável do que aquele que era esperado em Dezembro de 2012.

Poder-se-á dizer que isso é a consequência natural da austeridade e da quebra da procura interna. Mas não é! Porque a quebra da procura interna não foi tão acentuada quanto o quadro macroeconómico de previsão inicial estabelecia como as nossas exportações estiveram cerca de 4% acima do que era esperado, o que significa que, apesar das condições adversas, as empresas portuguesas — repare bem, Sr. Deputado, que não foi o Governo, foram as empresas portuguesas — conseguiram ganhar quota de mercado e exportar mais, até para fora da Europa, do que o que estava previsto.

Essa é a razão, Sr. Deputado, por que as perspetivas da Comissão Europeia para Portugal relativamente a 2012 não foram tão negativas quanto foram para outros países.

Termino, Sr.^a Presidente, dizendo o seguinte: a Comissão Europeia reviu em baixa o crescimento do PIB em Portugal para 2012. Em vez da contração de 3%, passou a prever uma contração de 3,3%, portanto, com um agravamento de 0,3%. Mas a média do agravamento previsto para toda a zona euro foi muito superior, foi

de cerca de -0,8%. Tal significa, Sr. Deputado, que a deterioração da previsão para Portugal esteve apenas em linha com aquela que é a deterioração externa e não com uma avaliação mais negativa sobre o quadro doméstico português, o que quer dizer que nós estamos no bom caminho.

Sabemos que é um caminho difícil — não temos ilusões sobre isso —, sabemos que é um caminho de sacrifícios e de problemas sociais que não estamos a ignorar. Mas, Sr. Deputado, é um caminho de correção e de ajustamento que era inevitável. E os portugueses sabem que vão fazer esse caminho graças a um Governo determinado, que não hesita em atingir os objetivos que são relevantes para os portugueses e não para o Governo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para formular perguntas, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, permita-me um retroativo e, também, uma conclusão.

Em relação à questão do pagamento à Lusoponte da receita de portagens que não devia ter recebido, queria dizer que a Estradas de Portugal reteve esse montante tendo em conta o que resultou do pagamento das portagens em Agosto. Ou seja, andou bem a Estradas de Portugal. Mas, vai daí, um secretário de Estado atrevido, sem dar contas ao ministro da tutela, sem dar contas ao Governo, incluindo o Sr. Primeiro-Ministro,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exato!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — ... desatou a fazer um despacho para que a Estradas de Portugal pagasse essa fatia retida! O Sr. Primeiro-Ministro quer, pois, convencer quem? Ficam-lhe mal as asas de inocente, fica-lhe mal essa desresponsabilização!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Desconhecia? Não tinha informação?

A conclusão que tiro desta situação, Sr. Primeiro-Ministro, é a seguinte: quando se tratou de ir buscar 10 €, 20 € ou 100 € aos pobres, aos desempregados, aos reformados, tendo em conta pagamentos indevidos da segurança social, foi dada, rapidamente e em força, a ordem de execução, mas no caso da Lusoponte é devagar, devagarinho, porque o Sr. Primeiro-Ministro precisa de informação!

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa pode querer voltar à questão da Lusoponte, pelo que já solicitei ao Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações que fizesse uma nota pública justamente a explicitar o processo que teve lugar.

Não há um duplo pagamento à Lusoponte, Sr. Deputado — este é o primeiro aspeto que aqui quero garantir.

Em segundo lugar, o acordo de compensação que existe com a Lusoponte está a ser alterado, de forma a corrigir esse hábito que decorria da circunstância de, todos os anos, o Estado português isentar o pagamento de portagens na ponte 25 de Abril em Agosto. Esse acordo que existia de compensação financeira está a ser alterado de modo a que o Estado possa ser ressarcido das somas que forem devidas.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Devagarinho!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portanto, Sr. Deputado, voltamos ao fundo da questão: não vale a pena usar de habilidade na forma como a informação é circulada.

Quero garantir aqui, Sr. Deputado, que não deixaremos de fazer qualquer correção que se imponha face ao acordo que vinha do passado com a Lusoponte e se a Estradas de Portugal reteve pagamentos indevidamente não o podendo fazer a situação terá de ser corrigida dentro da legalidade e não de forma estranha.

Portanto, Sr. Deputado agradeço-lhe que não confunda as matérias. Ninguém faz apropriação de pagamentos indevidos; se eles são feitos indevidamente, corrigem-se, quer seja na segurança social quer seja com a Lusoponte.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, parece que não foi muito convincente,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — É verdade!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — ... tendo em conta a reação das bancadas que o apoiam, que pouco o aplaudiram.

A verdade é esta: a Lusoponte recebeu os dois meses, e o resto é conversa! Portanto, depois, logo veremos se pagam ou não.

Uma segunda questão muito importante, Sr. Primeiro-Ministro, prende-se com o seguinte: a troica e o Governo acabaram de anunciar um balanço positivo à evolução do País com o pacto de agressão. Trata-se, contudo, de um estranho balanço e de uma surpreendente avaliação, uma avaliação que não encaixa com a realidade do País.

Desde o nosso último debate, a situação tem conhecido um agravamento a passos largos: a recessão segue a um passo cada vez mais preocupante; a economia afunda-se a cada dia que passa, com todas as previsões de dias piores; a queda do PIB prevista para o presente ano já vai no dobro da anunciada quando da assinatura do pacto; o desemprego atingiu, por sua vez, números inaceitáveis, com a última estimativa fixada nos 14,8%; dados do Ministério da Justiça, que não abarcam todo o ano de 2011, dizem-nos que desapareceram cerca de 40 000 empresas; o comércio tradicional é atingido de forma brutal, tal como a construção civil, a restauração e a indústria — só na indústria transformadora, entre os terceiro e quarto trimestre de 2011, desapareceram 33 000 empregos.

Lendo, aliás, Sr. Primeiro-Ministro, a moção que apresentou no Congresso do seu partido, surpreendentemente está lá, como um grande objetivo, a reindustrialização do País. Como é que isto se faz? É destruindo? É do caos que nascerão as soluções? Explique lá essa contradição entre a realidade e o que se afirma?

Por outro lado, também a redução dos apoios sociais, que em 2011 atingiu os 574 milhões de euros, está a empurrar para a pobreza milhares de portugueses, porque não fazem tratamentos médicos, porque passam fome, porque abandonam o ensino por falta de meios das famílias.

Quero aqui fazer uma afirmação e, simultaneamente, uma acusação: o que está a fazer-se no plano da saúde, particularmente aos mais idosos, negando-lhes a possibilidade de transporte, negando-lhes a possibilidade de uma consulta atempada, de um exame atempado, responsabiliza este Governo pela morte antecipada de muitos portugueses, em particular de idosos!

Aplausos do PCP.

Por isso, esta é uma estranha avaliação da troica e do Governo: tudo vai bem se o País e o povo estiverem piores.

Sr. Primeiro-Ministro, o que é preciso que aconteça de pior para retroceder neste caminho para o abismo? Duvidamos, pelo seu determinismo, que isso aconteça. Mas nunca esqueça, já lho disse, que o povo português não vai permitir que os senhores acabem com o resto!

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, o Governo está empenhado, como se verificou na terceira avaliação regular do programa de assistência económica e financeira, em garantir que as metas de consolidação sejam atingidas. Não há crescimento em Portugal sem sucesso nessa consolidação.

As medidas que vêm sendo tomadas na área social — e não foram só tomadas por este Governo, começaram há algum tempo atrás — relativamente à chamada condição de recursos visam garantir ou ajudar a garantir que as restrições do ponto de vista das prestações sociais não penalizam aqueles que mais precisam dessas prestações.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Mas penalizam, e penalizam com força!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, toda a área social tem sido, pois, orientada justamente para proteger aqueles que têm menos recursos e que estão mais desamparados.

Vozes do PCP: — Não é verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Isso aconteceu na atualização do processo que teve lugar no Ministério da Saúde por causa das taxas moderadoras; isso teve lugar também em matéria de transportes públicos, na atualização dos passes sociais; isso teve em atenção, como terá novamente dentro de pouco tempo, as alterações que têm de ser introduzidas no âmbito da prestação do rendimento social de inserção; e por aí fora, Sr. Deputado.

Portanto, em todas as matérias sociais, se tem havido «pedra de toque» é justamente em garantir que aqueles que estão mais vulneráveis e que têm menos recursos possam ter, da parte do Estado, a prestação social que é devida.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — A pobreza aumenta e a prestação social diminui! Que vergonha!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, sabemos que o conjunto da prestação social tem de ser reduzida em Portugal em resultado da necessidade de atingir a meta de consolidação orçamental. E vamos consegui-lo, Sr. Deputado!

E deixe que repudie inteiramente uma afirmação que fez. O Sr. Deputado disse há pouco que o Governo seria responsabilizado pela morte de idosos em consequência destas políticas.

Sr. Deputado, é a primeira vez que ouço uma afirmação desta natureza. Se a repetir, deixo aqui, desde já, de antemão, o meu firme repúdio por esse tipo de jogo político. É um jogo político que eu não faço, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, fique sabendo que, da nossa parte, nunca calaremos a razão que assiste aos mais desprotegidos, aos que não têm voz, aos que hoje estão isolados, aos muitos que hoje estão condenados a morrer sozinhos, aos que são vítimas desta política! Fique

sabendo que não calaremos as vezes que for necessário essas injustiças e a razão que assiste a essas pessoas.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Custe o que custar!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Mas queria terminar esta intervenção com uma questão, talvez inspirado pelo convite que fez ao Sr. Deputado António José Seguro para que diga aos desempregados, às pessoas com mais dificuldades que «temos aqui um Governo capaz de resolver os problemas».

Curiosamente, ontem, estava eu em Aveiro, mais precisamente na zona industrial de S. João da Madeira, com desempregados, com trabalhadores com subsídios e salários em atraso e com trabalhadores de uma empresa em *lay off* e, sabe, Sr. Primeiro-Ministro, aproveitando esse convite que fez ao Sr. Deputado António José Seguro, quero dizer-lhe: «Vá lá!» Porque houve uma trabalhadora que disse: «Gostávamos de ter aqui o Primeiro-Ministro para lhe dizer umas coisas.» Era para lhe perguntar como é que é possível que quem vive com 450 € por mês, com um filho que anda a estudar, pode viver com o salário e o subsídio em atraso, sem nenhuma atenção, sem nenhuma intervenção, designadamente da Inspeção de Trabalho.

Aproveito este debate para lhe fazer o convite: vá lá à Califa, vá lá às empresas de São João da Madeira que estão com dificuldades e, com certeza, despertará para a realidade, que continua a negar nestes debates.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, eu não nego realidades! O Sr. Deputado está equivocado!

Eu não digo que não há desemprego em Portugal, Sr. Deputado! Eu não digo que as famílias portuguesas não estão a fazer sacrifícios importantes, Sr. Deputado!

Portanto, Sr. Deputado, não atribua ao chefe do Governo aquilo que o chefe do Governo não faz! É justamente porque conhecemos essa realidade e porque a queremos alterar e superar que estamos a trabalhar!

Sr. Deputado, se o convite amável que me fez para uma espécie de roteiro pelo País é, porventura, inspirado por alguma ideia de que o comportamento do Primeiro-Ministro possa deixar antever dificuldade em conversar com os portugueses ou em ouvir o que os portugueses têm para dizer, então, pode o Sr. Deputado aproveitar bem o seu trabalho programando o roteiro que gostaria que eu fizesse, porque eu estarei muitas vezes a falar com os portugueses, como, de resto, tem sido patente.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Tem de aprender a ouvir sem o «pau nas costas»!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não tenho nenhuma dificuldade nem em ouvir os portugueses, nem em dar a cara pelas decisões que tomo, nem em explicar aos portugueses a situação que se vive. Justamente porque faço isso é que, independentemente de os portugueses concordarem comigo ou não, me respeitam, como eu respeito os portugueses, Sr. Deputado!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Foi um convite, não foi uma ameaça!

A Sr.^a **Presidente**: — Para formular as suas perguntas, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, não se pode admirar de falarmos aqui recorrentemente da questão da Lusoponte no debate de hoje, porque, face à dimensão dos sacrifícios que o Governo está a pedir aos portugueses, não pode haver lugar a enganar.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Ora bem!

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Peço imensa desculpa, Sr. Primeiro-Ministro, mas não pode haver lugar a enganar desta natureza! E não é suficiente, face a um despacho de um membro do Governo que determinou, de facto, um duplo pagamento, sendo que a empresa arrecada o dinheiro das portagens cobradas e o dinheiro da compensação, o Sr. Primeiro-Ministro chegar aqui e dizer: «Agora estamos a fazer a revisão do modelo e vou pedir ao Sr. Secretário de Estado para informar»... Não, não!... Tem de dizer mais! Quando é que vamos ter uma resposta concreta por parte do Governo relativamente a este duplo pagamento, para saber se houve, ou não, lugar a este duplo pagamento? É porque, se houve, é um absoluto escândalo para o País, e lá vai o Sr. Primeiro-Ministro ter de pedir desculpa outra vez, não é verdade? Há lugar a reposição caso tenha havido esse duplo pagamento, mas quando é que há lugar a reposição, Sr. Primeiro-Ministro? Estes são dados elementares neste momento, como referi, face ao sacrifício que o Sr. Primeiro-Ministro está a pedir aos portugueses!

Sr. Primeiro-Ministro, há uma questão em que concordamos: de facto, o Sr. Primeiro-Ministro fala com os portugueses, mas também sabe que os portugueses, muitas vezes, mais desejam que não fale, porque quando o Sr. Primeiro-Ministro fala lá vem qualquer coisa de mal ou algum mau conselho!...

Sr. Primeiro-Ministro, disse na campanha eleitoral que não ia cortar o subsídio de férias, mas chegou ao Governo e cortou o subsídio de férias e o subsídio de Natal, não apenas no ano de 2012 mas também em 2013. Confrontado por uma jornalista sobre como é que os portugueses poderiam tirar férias este ano, o Sr. Primeiro-Ministro disse uma coisa tão insensível quanto isto: que os portugueses poderão tirar férias fazendo uma boa gestão dos seus recursos. Ó Sr. Primeiro-Ministro, há portugueses que já não têm recursos que cheguem até ao final do mês! Será que o Sr. Primeiro-Ministro não consegue perceber isto?!...

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Ainda gozam!...

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Ministro, isto não é gozar um bocado com os portugueses? Será que é isto que tem a dizer àqueles que o Sr. Presidente da República classificou como os «novos pobres»? E diga-se de passagem que o Sr. Presidente da República também contribuiu bem para esta austeridade e para esta nova pobreza...!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia, penso que as minhas respostas são bastante simples.

Nada mais tenho a acrescentar àquilo que já respondi relativamente à Lusoponte, exceto que, como já referi — acho que é importante sublinhá-lo, face à sua insistência —, não haverá nenhum duplo pagamento à Lusoponte. Portanto, todos os contribuintes portugueses poderão estar tranquilos, porque não existe nenhum sobrepagamento à Lusoponte.

Em segundo lugar, a propósito do corte dos subsídios do 13.^o e do 14.^o meses e das férias dos portugueses — a Sr.^a Deputada não perguntou, mas poderia ter perguntado também sobre as prendas de Natal...—,...

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — E sobre a ceia de Natal...! Não são só as prendas, é também a comida!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... vou responder, espero, sem nenhuma ponta de demagogia.

Os portugueses, este ano, e durante o período de vigência do programa de assistência, terão recursos limitados. Isso é conhecido, Sr.^a Deputada!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — A Lusoponte é que não!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A Lusoponte também, Sr. Deputado.

Todos terão recursos limitados, mas não deixaremos os portugueses pensarem, vez alguma, que esses sacrifícios terão sido feitos em vão. Sacrifícios, Sr.^a Deputada, com férias que não serão gozadas nos mesmos termos em que puderam ser gozadas no passado, com um Natal com menos recursos do que os do passado. Eu, a Sr.^a Deputada e todos os portugueses teremos de fazer o melhor uso dos nossos recursos, porque temos menos recursos para poder utilizar.

Sr.^a Deputada, todos os dias que soubermos que estamos a atingir os objetivos a que nos propusemos, vencendo estas dificuldades, estamos a dizer aos portugueses que esses sacrifícios têm um significado operativo: venceremos as dificuldades e poderemos, portanto, encarar o futuro com muito mais esperança e confiança do que nos últimos anos.

Portanto, Sr.^a Deputada, não conte comigo para estar a fazer exercícios retóricos nem a propósito do Natal, nem das férias, nem dos portugueses, porque, para mim, essas matérias não são retóricas; são realidades que conheço, que sei o que significam, tal como os portugueses; e os portugueses sabem ao que podem conduzir: conduzirão à supressão as nossas dificuldades, Sr.^a Deputada!!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, começo a crer que estamos aqui a falar de realidades completamente diferentes. Eu não estava a falar das férias do Sr. Primeiro-Ministro, entende?!...

Eu estava a falar das férias — e posso falar de muitas outras coisas..., do Natal ou até das refeições! — daquelas pessoas que já não têm recursos!! É que há pessoas assim no seu País, Sr. Primeiro-Ministro! Mas dessas o Sr. Primeiro-Ministro não fala!... Há pessoas cujos recursos não chegam para proceder aos pagamentos que têm de fazer todos os meses!

Ó Sr. Primeiro-Ministro, eu gostava que me dissesse se considera um exercício de demagogia ou um exercício de retórica o facto de eu vir aqui dizer, no Plenário da Assembleia da República, que há cada vez mais crianças a chegar às escolas portuguesas com fome! Diga-me, Sr. Primeiro-Ministro: isto é um exercício de retórica?! É alguma realidade demagógica?! Ou é o Primeiro-Ministro de Portugal que não conhece a verdadeira realidade do País? Há crianças com fome nas escolas, Sr. Primeiro-Ministro! Qual é a resposta que o Primeiro-Ministro de Portugal dá hoje (e não quando a vier a saber) à questão da Lusoponte?

A Sr.^a **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tem de terminar.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Termino já, Sr.^a Presidente.

Sr. Primeiro-Ministro, há bocado estava a ouvi-o e, não sei a que propósito, lembrei-me do Sr. Ministro de Estado e das Finanças, que agora inaugurou uma prática em Portugal, que é a de citarmos as nossas avós. Isto tem lógica, Sr. Primeiro-Ministro..., sabe porquê? Porque estamos a retroceder nos nossos direitos em gerações, em muitas gerações!

A Sr.^a **Presidente**: — Tem mesmo de terminar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Termino, Sr.^a Presidente, mas vou terminar fazendo aqui uma citação da minha avó, Sr. Primeiro-Ministro. Julgo que a minha avó, a propósito das suas políticas austeras e de sacrifício brutal, dir-lhe-ia qualquer coisa do género: «Tem avondo, Sr. Primeiro-Ministro! Tem avondo!»... É uma expressão muito alentejana, muito usada no tempo dela, e que significa só isto: já chega!

Aplausos de Os Verdes e do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia, creio que posso dizer-lhe que me senti pessoalmente muito tocado pela evocação que fez da sua avó.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, dou por terminado o debate desta tarde, cumprimentando o Sr. Primeiro-Ministro e os membros do Governo que aqui estiveram presentes.

Srs. Deputados, a próxima sessão plenária realizar-se-á amanhã, às 15 horas, iniciando-se a ordem do dia com declarações políticas. Seguir-se-á a apreciação da proposta de resolução n.º 21/XII (1.^a) — Aprova a Convenção do Conselho da Europa para a Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e os Abusos Sexuais, assinada em Lanzarote, em 25 de outubro de 2007.

Serão ainda discutidos, na generalidade, os projetos de lei n.ºs 190/XII (1.^a) — Aprova o regime jurídico das organizações da sociedade civil para a igualdade de género (PS) e 194/XII (1.^a) — Reforça as medidas de proteção às vítimas de violência doméstica (BE), em conjunto com os projetos de resolução n.ºs 243/XII (1.^a) — Valorização do trabalho e dos salários, combate às discriminações salariais, diretas e indiretas (PCP), 244/XII (1.^a) — Recomenda ao Governo a adoção de um acordo tripartido sobre a igualdade entre homens e mulheres no trabalho e no emprego (PS) e 248/XII (1.^a) — Reclama uma maior fiscalização e ação em prol da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no mundo do trabalho (Os Verdes).

Por último, terá lugar o debate conjunto dos projetos de resolução n.ºs 218/XII (1.^a) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas tendentes ao combate da obesidade infanto-juvenil em Portugal (PSD) e 246/XII (1.^a) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas tendentes ao combate da obesidade infanto-juvenil em Portugal (PS) e também, na generalidade, dos projetos de lei n.ºs 139/XII (1.^a) — Altera o Código da Publicidade no sentido da regulação da publicidade a produtos alimentares dirigida a crianças e jovens (Os Verdes) e 195/XII (1.^a) — Procede à 13.^a alteração ao Código da Publicidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 330/90, de 23 de outubro, estabelecendo restrições à publicidade dirigida a menores de determinados produtos alimentares (PS).

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

Eram 16 horas e 48 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.